

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS (DIPES)

Atesto. Em 04/02/2026



Documento assinado digitalmente

JOANILDO ALBUQUERQUE BURITY

Data: 04/02/2026 14:15:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FUNDAJ: 76 ANOS DE PESQUISA SOCIAL E SEU LEGADO PARA O BRASIL

Consultoria Individual – Projeto 914BRZ1152: Educação de Qualidade no Brasil

**Produto 2 – consiste em um estudo analítico, interpretativo e prospectivo sobre a produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco, com recorte nos aspectos vinculados à educação e à utilização educativa das pesquisas realizadas ao longo de sua trajetória institucional.*

Consultora: Maria Eduarda Antonino Vieira

Supervisor: Joanildo Albuquerque Burity

Período contratual: 150 dias a partir da data de assinatura

Local de trabalho: Remoto

Valor da parcela: R\$ 15.000,00

Recife, 26 de janeiro, 2025

NOTA EXPLICATIVA

A presente entrega refere-se ao Produto 2, conforme previsto no Termo de Referência do contrato de consultoria vinculada ao Projeto 914BRZ1152 – *Educação de Qualidade no Brasil: por uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com oportunidades de aprendizagem para todos*, executado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) em cooperação com a UNESCO.

O Produto 2 consiste na segunda etapa da consultoria e tem como objetivo a elaboração de um estudo analítico, reflexivo e prospectivo sobre a produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco, com recorte específico para os aspectos vinculados à educação ou à utilização educativa das pesquisas realizadas pela instituição, de modo a identificar a contribuição desse legado à luz do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras e dos desafios educacionais contemporâneos.

Este produto foi integralmente elaborado com base no Produto 1, previamente aprovado, que resultou na constituição de uma base de dados padronizada composta por 622 produtos, abrangendo a produção acadêmica da Fundaj desde a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1949, até o período recente. Essa base inclui diferentes tipologias de produtos, tais como relatórios de pesquisa, publicações científicas, bases de dados, documentos institucionais, eventos técnico-científicos, exposições, produções audiovisuais e outros registros associados à atividade de pesquisa da instituição.

Do ponto de vista metodológico, o Produto 2 apoia-se em três procedimentos articulados. O primeiro corresponde à análise documental sistemática do conjunto de produtos mapeados no Produto 1, aqui tratados como *corpus* analítico. Essa análise mobiliza as variáveis definidas naquele levantamento — título, autoria, ano, década, tipo de produto, área temática, resumo, origem do resumo, natureza educacional do produto, evidências documentais, alcance geográfico, fonte de financiamento e formas de circulação do conhecimento — retomadas neste produto de forma sintética para ampliar a legibilidade e a compreensão do leitor. Em particular, a variável natureza educacional do produto qualifica a forma específica de relação de cada produção com o campo educacional, distinguindo entre ações educativas diretas, usos educativos institucionais, aplicações técnico-formativas e produções acadêmicas sem evidência de uso educativo, com base exclusivamente em comprovação documental. Esse enquadramento permite identificar padrões de continuidade e ruptura, inflexões institucionais, reconfigurações temáticas e transformações nas modalidades de produção, difusão e uso da pesquisa social ao longo da trajetória da Fundaj.

O segundo procedimento corresponde à análise histórico-institucional da pesquisa social na Fundação Joaquim Nabuco, articulando os dados empíricos do levantamento com os contextos políticos, administrativos e científicos em que as pesquisas foram produzidas. Essa análise considera as mudanças nos modelos de financiamento, na composição e qualificação das equipes de pesquisa, nas relações entre pesquisa, políticas públicas e formação acadêmica, bem como nas disputas internas e externas em torno do lugar da pesquisa social no projeto institucional da Fundaj.

O terceiro procedimento metodológico consiste na triangulação qualitativa entre o levantamento documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com treze pesquisadores e pesquisadoras da própria Fundação Joaquim Nabuco. As entrevistas tiveram como finalidade complementar e qualificar a interpretação dos dados sistematizados, permitindo recuperar trajetórias de pesquisa, projetos e produtos que, por diferentes razões históricas, não se encontram integralmente registrados nos acervos da biblioteca institucional ou nas bases digitais atualmente disponíveis¹. Além disso, as entrevistas possibilitaram uma análise transversal da cultura organizacional da Fundaj, contribuindo para a compreensão dos modos de produção, circulação e institucionalização do conhecimento ao longo do tempo, bem como das rotinas, prioridades e inflexões institucionais que marcaram diferentes períodos da pesquisa social na instituição. As informações oriundas das entrevistas foram utilizadas de forma analítica e contextual, não substituindo, em nenhum momento, o critério de comprovação documental adotado como regra classificatória no Produto 1.

O Produto 2 foi, portanto, concebido como um documento técnico-analítico que sistematiza, interpreta e projeta o legado da pesquisa social da Fundação Joaquim Nabuco, articulando rigor metodológico, leitura histórica e reflexão prospectiva. Seu objetivo é contribuir tanto

¹ Na ausência de um repositório institucional integrado e historicamente consolidado que reúna, de forma sistemática, a totalidade da produção acadêmica, técnico-científica e de difusão do conhecimento da Fundação Joaquim Nabuco, o levantamento adotou uma estratégia metodológica de busca múltipla e cruzada. O procedimento combinou fontes institucionais internas, incluindo listagens da Diretoria de Pesquisas Sociais (DIPES), acervos digital e físico da Biblioteca Blanche Knopf, relatórios de gestão, notas técnicas, informativos e bases de dados disponíveis no portal institucional, com fontes externas de acesso aberto, notadamente o Google Acadêmico e catálogos editoriais e de periódicos científicos. A magnitude e a dispersão dos registros podem ser observadas nos resultados preliminares das buscas: a consulta ao portal institucional da Fundaj, com o descritor “educação”, retornou 2.928 ocorrências, abrangendo serviços, notícias e registros diversos; no Google Acadêmico, a busca combinada pelos termos “Fundaj” e “educação” resultou em aproximadamente 3.830 ocorrências, incluindo livros, artigos, capítulos e outros textos, nem todos vinculados diretamente à produção institucional da Fundação. Diante desse volume, as buscas foram complementadas por entradas nominais individualizadas de pesquisadores(as) vinculados(as) à DIPES. O processo incluiu verificação sistemática de vínculo institucional, controle manual de duplicatas e validação individual da pertinência dos registros ao escopo do mapeamento, com vistas a mitigar perdas, omissões e inconsistências decorrentes da dispersão documental e das lacunas históricas de registro.

para a compreensão do papel da Fundaj no desenvolvimento das ciências sociais brasileiras quanto para o subsídio às políticas públicas educacionais, em consonância com os objetivos do PRODOC/FIT e com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

Este relatório está estruturado em três blocos analíticos complementares: (1) o primeiro apresenta um panorama descritivo da produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco

entre 1949 e 2025, com base na sistematização dos produtos mapeados no Produto 1, mobilizando variáveis padronizadas que permitem organizar empiricamente a trajetória da pesquisa social na instituição; (2) o segundo bloco desenvolve uma leitura histórico-institucional dessa produção, propondo uma periodização analítica que interpreta os padrões observados à luz dos contextos políticos, institucionais e científicos de cada período; (3) o terceiro bloco examina as condições de produção da pesquisa social na Fundaj, a partir da análise de entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras, com foco na governança institucional, na cultura organizacional e nas formas de articulação entre pesquisa, políticas públicas e circulação do conhecimento.

1. Panorama descritivo da produção acadêmica da Fundaj (1949–2025)

No âmbito do Produto 2, o panorama descritivo da produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco, referente ao período de 1949 a 2025, cumpre a função de base empírica e organizadora das análises histórico-críticas desenvolvidas neste relatório. Construído a partir do conjunto de produtos sistematizados no Produto 1, esse panorama não tem por objetivo avaliar ou interpretar a produção científica da instituição, mas oferecer uma leitura estruturada do campo de observação a partir do qual se tornam identificáveis padrões, inflexões e descontinuidades ao longo do tempo. A organização dos 622 produtos mapeados, segundo as variáveis definidas no levantamento — título, autoria, ano e década, tipo de produto, área temática, resumo e origem do resumo, natureza educacional do produto, evidências documentais de uso educativo ou institucional, alcance geográfico, fonte de financiamento e formas de circulação do conhecimento — delimita o universo empírico sobre o qual se apoiarão, nos itens subsequentes, as análises relativas às transformações institucionais da Fundaj, às agendas públicas predominantes em cada período e às mudanças no papel atribuído à pesquisa social no interior do Estado brasileiro.

A análise tem início a partir da variável *período histórico*, tomando como recorte a produção educacional da Fundação Joaquim Nabuco, de modo a descrever a organização temporal da pesquisa na instituição ao longo de sua trajetória. Trata-se, conforme explicado anteriormente, de uma primeira leitura de caráter descritivo, cujo objetivo é identificar padrões de concentração, rarefação e expansão da produção, bem como mudanças nos modos institucionais de produzir, sistematizar e fazer circular pesquisas relacionadas à educação, sem estabelecer relações causais diretas.

No período compreendido entre o final da década de 1940 e os anos 1960, a presença de pesquisas com interface educacional é numericamente reduzida e aparece majoritariamente articulada a diagnósticos sociais amplos, nos quais a educação figura como dimensão constitutiva das condições de vida, da formação social e do desenvolvimento regional. Esse padrão reflete um modelo institucional de pesquisa baseado em projetos de longa duração e investigações empíricas extensivas, no qual a educação não se configura ainda como um campo temático autonomizado, mas como eixo transversal das análises sociais e das demandas de planejamento público.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a produção acadêmica com recorte educacional apresenta oscilações, mantendo-se em patamares moderados. Nesse período, observa-se o fortalecimento da educação como eixo estruturado de investigação na Fundação Joaquim Nabuco, especialmente por meio de estudos voltados à formação de professores, às condições de oferta educacional e às relações entre educação, trabalho e desigualdades sociais. Ainda que o volume total de produtos não apresente crescimento expressivo, nota-se uma ampliação gradual das abordagens, dos temas e dos formatos de produção associados à temática educacional.

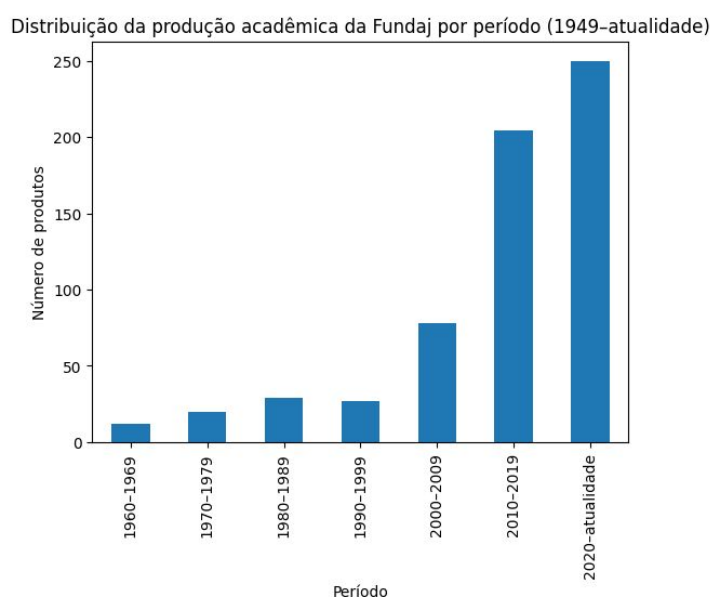
A partir do final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, observa-se um crescimento progressivo da produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco relacionada à educação, em consonância com o processo de redemocratização do país e com a expansão da pós-graduação *stricto sensu*. Os estudos desse intervalo concentram-se, de modo recorrente, em temas como acesso e desigualdades educacionais, incluindo o ingresso no ensino superior e as disparidades regionais, formação e trabalho docente, educação infantil e pré-escolar, educação rural, alfabetização, educação sexual e juventude, bem como em diagnósticos e avaliações de políticas públicas educacionais e sociais. Essa diversificação temática e metodológica ocorre sem ruptura com a tradição de pesquisa aplicada da Fundaj, mantendo-se o diálogo direto com agendas públicas e com processos de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais no âmbito estadual, regional e nacional.

Nas décadas de 2000 e, de forma mais acentuada, a partir dos anos 2010, observa-se um crescimento expressivo da produção educacional, tanto em termos quantitativos quanto na diversidade de tipologias de produtos. Esse período é marcado pela ampliação do quadro de pesquisadores, pela elevação do nível de qualificação acadêmica das equipes e pela intensificação das exigências de registro, sistematização e circulação da produção científica

em educação. Verifica-se, nesse contexto, a consolidação de múltiplos formatos de produção e difusão do conhecimento educacional, incluindo eventos técnico-científicos, documentos institucionais, bases de dados, materiais de apoio à gestão pública e produtos voltados à formação e à divulgação científica.

A leitura da distribuição temporal das pesquisas em educação evidencia que a trajetória desse campo na Fundaj não se organiza de forma linear ou cumulativa, mas por meio de ciclos históricos diferenciados, nos quais variam o volume de produção, os formatos privilegiados e as formas de articulação entre pesquisa educacional, políticas públicas e campo acadêmico. Essa periodização descritiva fornece a base empírica para as análises histórico-críticas desenvolvidas nas seções seguintes, nas quais essas transformações serão examinadas à luz das mudanças institucionais e das condições de produção da pesquisa educacional no interior da Fundação. Essa dinâmica pode ser observada na Figura 1, que apresenta a distribuição da produção acadêmica da Fundaj, com recorte educacional, por década.

Figura 1: Distribuição da produção acadêmica de educação da Fundação Joaquim Nabuco por década (1949–2025)



Elaboração própria, a partir da base de dados do Produto 1 (Projeto 914BRZ1152 – Fundaj/UNESCO).

A análise a partir da variável *tipo de produto* permite observar como a pesquisa social desenvolvida na instituição se materializa em diferentes formatos ao longo do tempo, refletindo tanto mudanças no campo científico quanto transformações institucionais, administrativas e tecnológicas. Trata-se de uma dimensão central para compreender não

apenas o volume da produção, mas os modos de produção, registro e circulação do conhecimento adotados pela Fundaj em distintos contextos históricos.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, observa-se a manutenção da centralidade dos relatórios de pesquisa, acompanhada por uma gradual ampliação de outros formatos de produção, ainda que de forma desigual. Esse período é marcado pela coexistência entre produtos de caráter aplicado e a emergência, ainda incipiente, de publicações voltadas à circulação e ao debate acadêmico, como artigos, capítulos de livro e, de modo particular, a série *Textos para Discussão*, criada em 1981 com a finalidade de estimular o confronto de ideias e a difusão preliminar dos resultados das pesquisas desenvolvidas na instituição. Esses textos ocuparam um lugar intermediário entre o relatório técnico e a publicação científica seriada, contribuindo para ampliar os circuitos de interlocução da Fundaj sem romper com sua tradição de pesquisa aplicada².

A partir do final dos anos 1980 e, sobretudo, ao longo da década de 1990, a distribuição dos tipos de produtos passa a evidenciar uma maior presença de publicações científicas, incluindo artigos em periódicos, livros e capítulos de livro. Esse movimento acompanha a intensificação da formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* do corpo de pesquisadores da Fundaj e sua inserção mais sistemática em redes acadêmicas nacionais e internacionais³. O tipo de produto passa, assim, a expressar de forma mais direta a dupla inserção da pesquisa social da instituição: por um lado, como produção aplicada e institucional; por outro, como produção acadêmica submetida a critérios científicos externos.

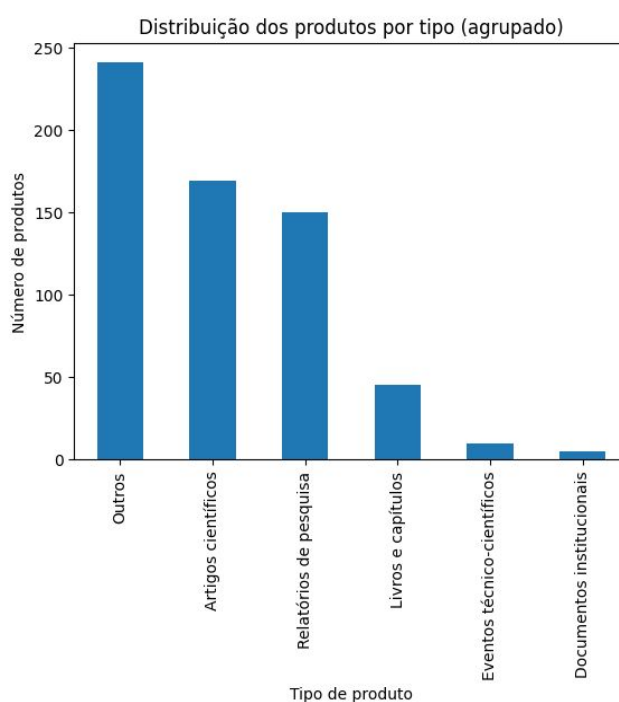
Nas décadas de 2000, 2010 e 2020, a análise revela uma diversificação mais ampla e complexa dos tipos de produtos, com crescimento significativo de eventos técnico-científicos, documentos institucionais, bases de dados, exposições e produções audiovisuais, além da manutenção de relatórios e publicações científicas tradicionais. Essa multiplicação de formatos está associada à expansão das formas de circulação do conhecimento, ao uso crescente de plataformas digitais e à ampliação das demandas por visibilidade, difusão e impacto social da pesquisa.

² A importância desse formato é reafirmada pela retomada da série em 2025, já sob novas condições editoriais e temáticas, indicando a permanência dos Textos para Discussão como instrumento institucional de circulação do conhecimento e de atualização do debate público-científico em torno de agendas contemporâneas.

³ Essa inserção se materializa, entre outros aspectos, na participação da Fundação Joaquim Nabuco e de seus pesquisadores em redes e programas de cooperação acadêmica e técnico-científica nacionais e internacionais, como a CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), a UNESCO, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o IPEA, a OCDE, bem como em iniciativas de cooperação regional e multilateral vinculadas a políticas públicas, desenvolvimento social, educação e desigualdades.

A Figura 2 apresenta a distribuição dos produtos da Fundação Joaquim Nabuco por tipo de produto ao longo do período analisado. Observa-se a predominância de artigos científicos e relatórios de pesquisa, seguidos por livros e capítulos de livro. Eventos técnico-científicos, documentos institucionais e outros formatos aparecem com menor frequência relativa, compondo um quadro tipológico diversificado da produção institucional.

Figura 2: Distribuição dos produtos da Fundação Joaquim Nabuco por tipo de produto (agrupamento analítico)⁴



Elaboração própria, a partir da base de dados do Produto 1 (Projeto 914BRZ1152 – Fundaj/UNESCO).

A leitura descritiva da variável *área/tema* no recorte educacional permite observar que educação não se apresenta como eixo temático originário da produção institucional, mas emerge e se adensa progressivamente ao longo do tempo, até se tornar um campo recorrente e estruturante no conjunto analisado. No período que vai do final dos anos 1940 até os anos 1960, a educação aparece de forma residual quando comparada a outras áreas mais dominantes da pesquisa social da instituição.

⁴ Para fins deste levantamento, a categoria *documentos institucionais* correspondem a produtos técnico-administrativos e técnico-científicos elaborados no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco, vinculados a atividades de planejamento, assessoramento, monitoramento, avaliação e cooperação institucional, incluindo relatórios de gestão, notas técnicas, diagnósticos, documentos de acompanhamento e produtos associados a convênios e parcerias. Esses documentos não se enquadram como publicações científicas stricto sensu, embora possam incorporar procedimentos metodológicos e resultados de pesquisa.

A partir da década de 1970, nota-se o aparecimento mais sistemático da educação como tema identificável na base, ainda que sem centralidade. Nesse momento, a educação tende a se aproximar de agendas que articulam trabalho, desenvolvimento, políticas públicas e formação social, operando como dimensão associada a transformações socioeconômicas e à atuação estatal. Durante a década de 1980, a educação se torna mais regular como área temática, com indícios de ampliação do repertório interno do campo, especialmente em torno de educação básica, desigualdades educacionais e formação docente, acompanhando a crescente visibilidade da educação como problema público. Ainda assim, o conjunto permanece marcado por uma convivência entre múltiplas áreas, sem uma hegemonia temática da educação.

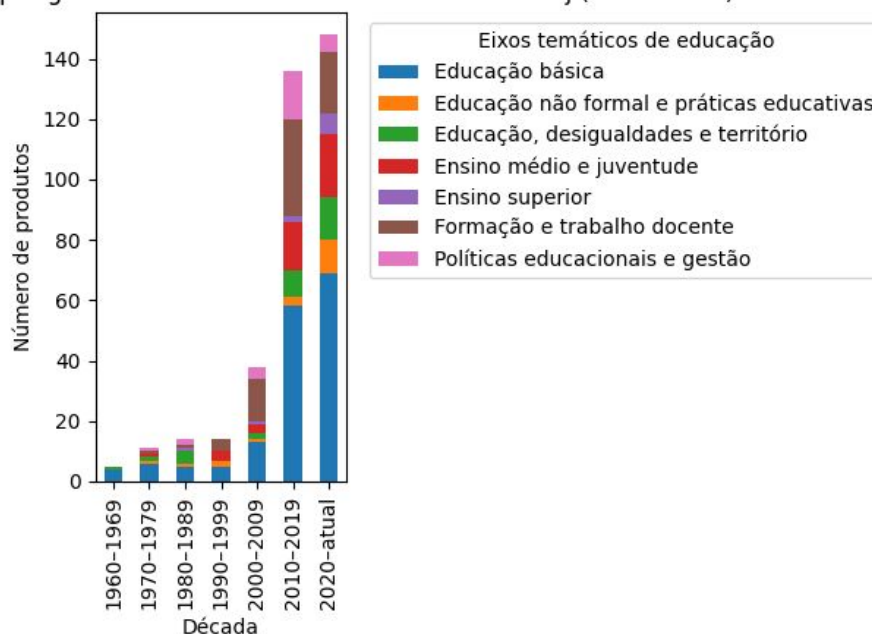
Nos anos 1990, observa-se uma consolidação da educação como área temática estável, com maior diversificação de problemas e objetos. Ganha relevo a interface entre educação e estrutura social, com presença mais recorrente de temas como gestão educacional, políticas educacionais, escolarização e desigualdades, além da aproximação mais clara entre educação e dinâmicas de juventude e trabalho.

A partir dos anos 2000, a educação passa a ocupar posição mais estratégica no conjunto da produção, não apenas como tema entre outros, mas como campo de investigação recorrente, com expansão do repertório interno. Observa-se maior presença de temas relativos à educação básica, às políticas educacionais e às dinâmicas institucionais associadas ao sistema educacional, com aprofundamento das interfaces entre educação, desigualdades e desenvolvimento social.

Esse movimento se intensifica nas décadas de 2010 e 2020, quando a educação se afirma como uma das áreas temáticas mais densas e multifacetadas da produção analisada. O campo passa a se estruturar por subtemas com alta recorrência, como ensino médio, formação e trabalho docente, trajetórias juvenis, desigualdades educacionais, avaliação e políticas de monitoramento, além de interfaces com educação não formal e com agendas transversais (território, cultura, direitos, trabalho e políticas sociais). Nessa fase, a educação se consolida como eixo organizador de parte substantiva da pesquisa institucional, fornecendo base empírica para, em etapas analíticas posteriores, compreender suas conexões com reconfigurações organizacionais, prioridades institucionais e demandas públicas. A diversidade e a distribuição desses eixos temáticos ao longo do período podem ser observadas na Figura 3.

Figura 3: Distribuição da produção acadêmica em educação por grandes eixos temáticos e década na Fundação Joaquim Nabuco (1949–2025)

Produção em educação por grandes eixos temáticos e década – Fundaj (1949–2025)



Elaboração própria, a partir da base de dados do Produto 1 (Projeto 914BRZ1152 – Fundaj/UNESCO).

A análise da variável *forma de autoria e colaboração* indica que a produção acadêmica da Fundaj se estrutura, ao longo de sua trajetória, a partir da combinação entre trabalhos individuais e distintas modalidades de produção coletiva. Do conjunto de produtos analisados, observa-se que uma parcela expressiva corresponde a produções colaborativas, que representam 53,6% do total, enquanto 42,8% consistem em trabalhos de autoria individual⁵. A desagregação das produções colaborativas permite qualificar mais precisamente essas dinâmicas, entre os trabalhos desenvolvidos de forma coletiva, predominam as colaborações interinstitucionais, que representam 59,8% dos casos, envolvendo pesquisadores da Fundaj em parceria com autores vinculados a outras instituições⁶. As colaborações internas, realizadas exclusivamente entre pesquisadores da própria fundação, correspondem a 38,5% das produções colaborativa. Esse padrão evidencia

⁵ Uma fração residual dos registros não apresentou informação suficiente para classificação quanto à forma de autoria.

⁶ A análise das afiliações institucionais dos autores evidencia que as parcerias universitárias da Fundação Joaquim Nabuco concentram-se majoritariamente em instituições públicas de ensino superior de Pernambuco, com destaque para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), seguidas pela Universidade de Pernambuco (UPE), além de colaborações pontuais com universidades federais de outras regiões e instituições internacionais.

que a colaboração interinstitucional constitui a modalidade predominante de cooperação científica na trajetória recente da Fundaj, refletindo sua inserção consistente em redes acadêmicas e técnicas mais amplas, de âmbito nacional e internacional, sem que isso implique a ausência de dinâmicas internas de produção coletiva no interior da instituição.

A análise da variável *gênero* foi conduzida a partir de dois níveis distintos de observação: (1) o perfil de gênero do corpo de pesquisadores vinculados institucionalmente à Fundação Joaquim Nabuco e (2) a distribuição de gênero das autorias no conjunto das produções mapeadas, incluindo parcerias interinstitucionais. Em ambos os casos, a classificação de gênero foi realizada de forma inferencial, a partir dos nomes registrados nas autorias dos produtos, em razão da inexistência de informações padronizadas de autodeclaração de gênero nos registros documentais analisados. A atribuição baseou-se em convenções onomásticas correntes e foi complementada, sempre que necessário, por consulta a fontes públicas de informação acadêmica e institucional, como currículos Lattes, páginas institucionais e publicações assinadas, sendo considerada apenas nos casos em que a identificação pôde ser realizada de forma consistente.

No primeiro nível de análise, restrito aos pesquisadores e pesquisadoras vinculados à Fundaj, observa-se uma presença expressiva de mulheres ao longo da série histórica, evidenciando a participação feminina de forma continuada na produção institucional da pesquisa social, especialmente nas áreas relacionadas à educação, políticas públicas e estudos sociais aplicados. No segundo nível, considerando o conjunto total das autorias associadas às produções mapeadas, incluindo pesquisadores da Fundaj e colaboradores externos, os dados indicam que 73,7% das autorias classificadas correspondem a mulheres, enquanto 26,3% correspondem a homens⁷.

A análise da variável *natureza educacional do produto*⁸ evidencia a diversidade de modalidades pelas quais a pesquisa em educação se materializa na produção da Fundaj.

⁷ Ressalta-se que os percentuais apresentados referem-se às autorias identificadas e não devem ser interpretados como autodeclaração de gênero, constituindo uma aproximação analítica destinada a subsidiar a leitura da produção institucional sob a perspectiva de gênero.

⁸ O campo *natureza educacional do produto* foi concebido para qualificar, de forma analiticamente rigorosa, a relação efetiva de cada produção com o campo educacional, distinguindo entre ações educativas diretas, usos institucionais documentados, aplicações técnico-formativas e produções acadêmicas sem evidência de uso educativo. Sua estrutura baseia-se no princípio de que o tema educacional, por si só, não configura natureza educacional, sendo necessária comprovação documental de processos formativos, mediação pedagógica, uso institucional ou aplicação prática. A criação deste campo visa evitar classificações inflacionadas, garantir comparabilidade histórica e assegurar a auditabilidade do mapeamento, permitindo identificar com precisão como, e em que medida, a produção da Fundaj incide sobre a educação.

Observa-se que a educação formal constitui a categoria mais recorrente, respondendo por 28,6% dos produtos analisados, o que indica a centralidade de estudos, diagnósticos e análises diretamente vinculados aos sistemas educacionais formais, às políticas educacionais e às instituições de ensino. Em seguida, destaca-se a produção acadêmica em educação sem uso educativo explicitamente identificado, que representa 26,0% do total, revelando a importância da pesquisa educacional voltada à análise conceitual, empírica e teórica, ainda que sem desdobramentos documentais diretos em ações formativas ou institucionais.

A categoria uso educativo institucional corresponde a 22,1% dos registros, evidenciando a presença significativa de produtos concebidos como subsídio direto à gestão pública, à formulação de políticas, à formação institucional e ao apoio técnico a programas educacionais. Esse dado reforça o papel da Fundaj como instituição de pesquisa aplicada, articulada às demandas do Estado e de organismos públicos. A educação aplicada responde por 11,7% dos produtos, indicando a produção de conhecimentos orientados à intervenção, à experimentação de metodologias, à avaliação de programas e à proposição de soluções no campo educacional. Já a educação não formal, com 5,2%, revela a incorporação de práticas educativas desenvolvidas em contextos comunitários, territoriais, culturais e sociais, ainda que em proporção mais restrita.

Por fim, a circulação e socialização do conhecimento educacional, embora menos frequente (2,6%), sinaliza iniciativas voltadas à difusão pública da pesquisa, à mediação do conhecimento científico e à ampliação do diálogo entre produção acadêmica e sociedade. Registros que combinam explicitamente mais de uma natureza educacional aparecem de forma residual, indicando que, majoritariamente, os produtos são classificados segundo uma lógica predominante de uso.

A análise da variável *metodologia* (ou caminhos metodológicos), a partir da leitura sistemática dos resumos dos produtos mapeados, indica que a pesquisa em educação desenvolvida pela Fundaj se estrutura majoritariamente em torno de estratégias empíricas, com ênfase em levantamentos baseados em dados produzidos diretamente no campo social ou extraídos de bases institucionais. Nos casos em que os resumos explicitam procedimentos metodológicos, observa-se predominância de pesquisas que mobilizam amostras, questionários, indicadores educacionais, registros administrativos e análises de dados, especialmente em estudos sobre desigualdades educacionais, acesso e permanência na escola, rendimento escolar e políticas públicas.

Em articulação com esse eixo, destaca-se um conjunto expressivo de pesquisas avaliativas, voltadas ao acompanhamento, monitoramento e avaliação de programas e políticas educacionais, nas quais a metodologia combina análise de dados, relatórios técnicos e diagnóstico de resultados. Esse padrão reforça a vocação aplicada da instituição e a centralidade do uso do conhecimento como subsídio direto à gestão pública. A variável metodologia também revela a presença consistente de pesquisas documentais e histórico-institucionais, sobretudo em estudos sobre políticas educacionais, legislação, memória da escola e trajetórias institucionais. Em menor proporção, mas de forma recorrente ao longo do tempo, aparecem abordagens qualitativas, baseadas em entrevistas, observação de práticas pedagógicas e análise de experiências escolares, que se intensificam a partir dos anos 1980, acompanhando o deslocamento analítico para processos educativos localizados e experienciados pelos sujeitos.

Em conjunto, o panorama descritivo apresentado neste capítulo permite delimitar com precisão empírica o campo da produção acadêmica em educação da Fundação Joaquim Nabuco ao longo de mais de sete décadas. A leitura combinada das variáveis analisadas — período histórico, tipo de produto, áreas e eixos temáticos, formas de autoria e colaboração, gênero dos autores e natureza educacional dos produtos — não visa produzir interpretações substantivas sobre a pesquisa educacional, mas estabelecer as regularidades, assimetrias e configurações recorrentes que estruturam esse campo ao longo do tempo. É a partir desse ponto que se justifica a passagem para uma segunda etapa analítica. A seção seguinte propõe uma leitura histórico-institucional e uma periodização analítica da pesquisa social na Fundação Joaquim Nabuco, articulando os padrões empíricos aqui descritos aos contextos históricos, às transformações organizacionais e às condições institucionais que moldaram, em diferentes momentos, o lugar da educação no projeto científico e público da instituição.

2. Leitura histórico-institucional e periodização analítica da pesquisa social na Fundação Joaquim Nabuco (1949–2025)

Concluída a etapa de construção do panorama descritivo da produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco, o Produto 2 avança para um segundo procedimento metodológico, de natureza histórico-institucional. Enquanto o primeiro procedimento teve como objetivo organizar, descrever e tornar inteligível o conjunto de produtos mapeados no Produto 1, por meio de variáveis padronizadas, este segundo momento busca interpretar tais distribuições à

luz dos contextos institucionais, políticos e científicos em que a pesquisa social foi produzida ao longo da trajetória da Fundaj.

A passagem do plano descritivo para o plano analítico não implica abandono dos dados sistematizados, mas, ao contrário, sua reinscrição em uma narrativa histórica capaz de explicar continuidades, inflexões e reconfigurações observadas no corpus. Assim, as variações identificadas por período histórico, tipo de produto, área temática, natureza educacional, formas de circulação do conhecimento e evidências de uso educativo ou institucional passam a ser interpretadas como expressão de modelos institucionais de pesquisa, disputas internas, mudanças de missão e reposicionamentos da Fundaj no campo das ciências sociais e das políticas públicas brasileiras.

Essa leitura histórico-institucional fundamenta-se, de um lado, na análise do próprio *corpus* empírico constituído no Produto 1 e, de outro, em trabalhos de referência que reconstruíram criticamente a trajetória da pesquisa social na instituição, bem como em documentos institucionais e reflexões produzidas por pesquisadores da casa. Com base nesse conjunto, procede-se a uma periodização analítica, que não se limita a uma divisão cronológica arbitrária, mas procura articular momentos históricos da instituição a padrões observáveis na produção acadêmica mapeada.

2.1 A década de 1960: a pesquisa social como instrumento de diagnóstico e formação institucional

A década de 1960 ocupa lugar central na trajetória da pesquisa social desenvolvida pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), configurando-se como um período de consolidação empírica, expansão temática e afirmação da vocação aplicada da instituição. Trata-se de uma fase em que a produção científica do IJNPS se organiza a partir de grandes diagnósticos sociais, ancorados em pesquisa de campo sistemática e fortemente articulados ao planejamento estatal e à cooperação com organismos nacionais e internacionais, como já apontado por Cavalcanti (1989). Esse padrão institucional ajuda a explicar tanto a predominância de relatórios de pesquisa no *corpus* da década quanto a recorrente presença de evidências documentais de uso educativo institucional do conhecimento produzido.

Como argumenta Souza (2024), esse momento é marcado pela constituição de uma sensibilidade intelectual compartilhada em relação à pobreza, compreendida não mais como

dado natural da ordem social, mas como problema histórico, político e técnico a ser enfrentado. Essa sensibilidade não se opõe à objetivação científica, ao contrário, constitui condição de possibilidade para a adoção sistemática de métodos empíricos, inquéritos sociológicos e diagnósticos estruturais. A pesquisa social do período articula, assim, rigor metodológico, mal-estar moral diante da penúria nordestina e orientação normativa voltada à intervenção pública, conformando o que o autor denomina a passagem da “consciência amena do atraso” para a “consciência trágica do subdesenvolvimento”.

É fundamental destacar que, nesse período, a educação ainda não se apresenta como campo temático autonomizado na produção institucional da Fundaj/IJNPS. O levantamento descritivo do Produto 1 evidencia que a relação entre a produção científica da década de 1960 e a educação se estabelece predominantemente por meio do uso educativo institucional do conhecimento. Relatórios, livros e estudos não foram concebidos como pesquisas educacionais *stricto sensu*, mas como instrumentos técnicos de formação, orientação e normatização de políticas públicas, operando no interior do Estado e de organismos nacionais e internacionais como dispositivos de aprendizagem institucional, capacitação técnica e legitimação de diagnósticos sobre a realidade nordestina.

Do ponto de vista temático, a produção dos anos 1960 concentra-se majoritariamente em estudos voltados às condições de vida, à habitação, à urbanização, à estrutura agrária, ao abastecimento alimentar e às dinâmicas regionais do Nordeste. Esses eixos não aparecem de forma dispersa, mas articulados a um projeto institucional coerente, voltado à produção de conhecimento socialmente situado, metodologicamente robusto e diretamente mobilizável por políticas públicas. Como observa Souto Maior (2008), a pesquisa social realizada no Instituto nesse período desempenhava função estratégica no campo das ciências sociais brasileiras, ainda que isso tensionasse as fronteiras entre pesquisa científica e diagnóstico aplicado.

Os estudos sobre habitação constituem um dos núcleos mais expressivos dessa produção. *Problemas de habitação rural no leste de Pernambuco*, elaborado por Olen E. Leonard em cooperação com o IJNPS e com apoio da Organização das Nações Unidas, exemplifica de forma paradigmática esse padrão. Publicado em 1960, o estudo articula precariedade material, organização social e cultura doméstica, defendendo explicitamente que políticas habitacionais deveriam considerar dimensões socioculturais das populações rurais. As recomendações normativas dirigidas a gestores públicos, bem como a circulação

internacional do relatório por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), configuram evidência inequívoca de uso educativo institucional, no qual o conhecimento científico opera como instrumento de formação técnica e política.

No campo urbano, a obra *Alagados, mocambos e mocambeiros* (CAVALCANTI, 1965), ocupa posição igualmente central. Resultado de estudos conduzidos por grupos de trabalho instituídos por determinação presidencial, o livro sistematiza análises sociológicas, históricas e ecológicas sobre a habitação precária no Recife, constituindo um dos primeiros diagnósticos estruturados sobre urbanização desigual no Nordeste. Sua função ultrapassa a descrição empírica, operando como subsídio técnico ao planejamento estatal e reforçando o papel formativo da pesquisa social no interior do Estado.

A mesma lógica se observa nos estudos sobre migração e dinâmica urbano-demográfica, como *As Migrações para Recife* (GONÇALVES, 1960), bem como nos inquéritos sobre habitação popular no interior, a exemplo do estudo de Ruy João Marques em Nazaré da Mata (1960). Esses trabalhos, embora distintos em recorte e metodologia, compartilham um mesmo regime de produção do conhecimento: rigor empírico, sensibilidade diante da pobreza e orientação normativa voltada à intervenção pública, evidenciando a centralidade do uso educativo institucional na produção da década.

No campo agrário e do desenvolvimento regional, estudos como *A colonização e os problemas agrários do Nordeste* (MELO, 1962), bem como os diagnósticos sobre abastecimento alimentar e economia urbana, reforçam esse padrão. A posterior incorporação direta desses modelos analíticos em documentos técnicos de órgãos como a Sudene e o IPEA configura evidência robusta de uso institucional do conhecimento produzido pelo IJNPS, demonstrando sua capacidade de estruturar repertórios técnicos duradouros no planejamento estatal.

Por fim, a criação da revista *Ciência & Trópico*, em 1962, representa um movimento complementar no ecossistema institucional da época. Diferentemente dos relatórios e estudos aplicados, a revista cumpre função de circulação e socialização do conhecimento científico, articulando a produção empírica do IJNPS ao debate acadêmico nacional. Sua classificação nessa categoria expressa adequadamente sua função institucional, distinta do uso educativo institucional predominante nos demais produtos da década.

Em conjunto, a análise dos produtos dos anos 1960 evidencia que a pesquisa social desenvolvida pelo IJNPS/Fundaj nesse período se estrutura a partir da conjugação entre sensibilidade intelectual em relação à pobreza, objetivação metodológica rigorosa e centralidade do uso educativo institucional do conhecimento. Antes da constituição da educação como campo temático específico, a dimensão educativa da produção manifesta-se na função formativa, normativa e técnica exercida pela pesquisa social no interior do Estado e de organismos de planejamento. Essa configuração lança as bases históricas e institucionais sobre as quais se apoiarão, nas décadas seguintes, tanto a autonomização do campo educacional quanto a diversificação dos usos do conhecimento produzido pela Fundação.

2.2. Década de 1970: A institucionalização da agenda educacional, diversificação temática e intensificação da pesquisa aplicada

Do ponto de vista institucional, os anos 1970 correspondem a um período de reconfiguração do papel da pesquisa social no interior do Estado brasileiro. Como apontam análises históricas sobre a Fundaj, trata-se de uma fase em que a produção científica passa a operar sob forte demanda governamental por diagnósticos técnicos, avaliações de programas e subsídios operacionais para políticas públicas, em especial nas áreas de educação, desenvolvimento regional, habitação e combate às desigualdades (BURITY, 2008; SOUTO MAIOR, 2008). Esse contexto ajuda a compreender a expressiva presença, no *corpus* da década, de relatórios de pesquisa e textos para discussão vinculados a programas federais como o POLONORDESTE, à atuação da Sudene e às secretarias estaduais.

No campo do desenvolvimento regional, permanece a tradição de diagnósticos socioeconômicos herdada das décadas anteriores, agora fortemente integrada a programas de intervenção estatal. Estudos como *Vale do Moxotó: análise socioeconômica de uma bacia de açude público* (CAVALCANTI, 1970) exemplificam esse padrão. O relatório, citado posteriormente em documentos técnicos do IPEA, foi utilizado como subsídio empírico para políticas públicas federais no âmbito do POLONORDESTE, evidenciando a função estratégica da pesquisa da Fundaj como base técnica para o planejamento regional. De modo semelhante, *A seca de 1979 no Nordeste* (CAVALCANTI, 1979) reforça a centralidade da instituição na produção de diagnósticos aplicados, ao fornecer dados socioeconômicos diretamente incorporados às políticas emergenciais da Sudene.

Entretanto, a principal inflexão da década de 1970 reside na crescente centralidade da educação como objeto estruturante da pesquisa institucional. Diferentemente dos anos 1960, quando a educação aparecia sobretudo de forma transversal, nos anos 1970 ela se consolida como campo específico de investigação, com forte presença de estudos sobre educação infantil, ensino formal, exames supletivos, financiamento educacional e metodologias pedagógicas. Esse movimento está diretamente associado à criação e fortalecimento de estruturas internas voltadas à pesquisa educacional, como o Departamento de Educação da Fundaj e a atuação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (CRPE/PE), vinculado ao INEP/MEC.

O relatório *Caracterização da educação pré-escolar no Norte e Nordeste do Brasil* (PERES; VASCONCELOS, 1975) ilustra esse processo de institucionalização da pesquisa educacional. Integrado à rede nacional de levantamentos oficiais do MEC/INEP, o estudo produziu diagnósticos sistemáticos sobre infraestrutura, formação docente e práticas pedagógicas, sendo posteriormente atualizado e ampliado em 1977. Sua finalidade explícita de subsidiar o planejamento e a expansão da rede pública de educação infantil caracteriza-o como produção vinculada diretamente à educação formal, com uso educativo institucional comprovado.

Essa linha de investigação se intensifica com o conjunto de estudos desenvolvidos no âmbito do convênio entre a Fundaj e a Fundação Bernard Van Leer, que transformou o Centro de Educação Pré-Escolar Bernard Van Leer (CEPEBVL) em verdadeiro laboratório de políticas públicas para a infância. Pesquisas como *Influência da assistência nutricional dada aos alunos do CEPEBVL* (1978), *Situação socioeconômica e cultural das famílias dos alunos do CEPEBVL* (1978), *A participação dos pais dos alunos do CEPEBVL nas atividades da escola* (1978) e *Currículo modular ou por objetivos para classes pré-escolares* (1978) revelam uma abordagem integrada, que articula educação, nutrição, família e desenvolvimento infantil. Esses estudos não apenas analisam a realidade escolar, mas avaliam práticas pedagógicas e modelos de intervenção, reforçando o caráter técnico-aplicado da pesquisa educacional da Fundaj nesse período.

No âmbito da educação formal, destacam-se ainda investigações voltadas à gestão e ao financiamento do sistema educacional. O *Cadastro da Rede Escolar Estadual de Pernambuco* (NOGUEIRA, 1976) constitui instrumento técnico-administrativo essencial para o planejamento da rede pública, enquanto *Custo aluno-ano por níveis de ensino nos estados*

do Nordeste, São Paulo e Brasil (1978) introduz análises comparativas sobre financiamento educacional, fornecendo subsídios para debates sobre equidade e eficiência no investimento público. Esses trabalhos evidenciam a incorporação, pela Fundaj, de metodologias quantitativas e indicadores econômicos ao campo da pesquisa educacional.

A educação de jovens e adultos também emerge como objeto relevante na década, em consonância com as políticas de escolarização tardia do período. Estudos como *Situação dos exames supletivos em Pernambuco de 1972/1974* (LIMA, 1978) e *Português nos exames supletivos de 1º e 2º graus em Pernambuco* (1978) analisam criticamente os limites e possibilidades dos supletivos como estratégia de democratização do acesso à educação, revelando as tensões entre políticas inclusivas e mecanismos de exclusão no contexto autoritário da ditadura militar.

Paralelamente, a década de 1970 mantém espaço para reflexões sobre educação não formal e educação aplicada ao desenvolvimento regional. O texto *Educação informal para transformação de estruturas arcaicas* (DUARTE, 1970), vinculado ao programa POLONORDESTE, propõe a educação não formal como instrumento de modernização produtiva e transformação social, valorizando saberes comunitários e práticas locais. Embora concebido como texto para discussão, o trabalho integra uma pesquisa aplicada com execução interinstitucional comprovada, reforçando a articulação entre educação, qualificação profissional e políticas de desenvolvimento regional.

Por fim, estudos como *Avaliação de programas habitacionais de baixa renda* (MENEZES; LYRA; WANDERLEY, 1979) demonstram a continuidade da tradição da Fundaj em avaliar políticas sociais para além do campo educacional estrito, mas com forte dimensão formativa e técnica. A incorporação desse relatório como referência metodológica em documentos do IPEA confirma o papel da instituição como produtora de conhecimento aplicado, utilizado por órgãos estatais na formulação e no aperfeiçoamento de políticas públicas.

Em síntese, o cruzamento entre o panorama histórico-institucional e os dados empíricos da década de 1970 revela uma Fundaj que, sem abandonar os grandes diagnósticos regionais, amplia significativamente sua atuação no campo da educação formal e aplicada. A pesquisa social desse período se caracteriza pela diversificação temática, pela intensificação das parcerias institucionais e pela crescente centralidade da educação como eixo estratégico de

intervenção estatal, consolidando um modelo de produção científica fortemente orientado à aplicação, à avaliação de políticas públicas e à circulação institucional do conhecimento.

2.3 Década de 1980: inflexões temáticas, ampliação do campo educacional e reconfiguração da pesquisa aplicada

Na década de 1980, a produção acadêmica da Fundaj passa por um processo de reconfiguração gradual, que não representa uma ruptura abrupta com o modelo das décadas anteriores, mas sinaliza uma inflexão importante nas agendas de pesquisa, nos objetos privilegiados e na relação entre produção de conhecimento, educação e políticas públicas. Esse movimento ocorre em consonância com o contexto histórico mais amplo de crise do modelo desenvolvimentista, de esgotamento das grandes narrativas tecnocráticas e de transição política no país, elementos já identificados nos documentos institucionais analisados anteriormente (BURITY *et al*, 2014).

Se nas décadas de 1960 e 1970 a Fundaj operava predominantemente como um centro de diagnósticos estruturais voltados ao planejamento estatal, nos anos 1980 observa-se uma expansão do campo educacional como objeto de investigação em si, bem como uma diversificação das formas de abordagem da educação, que passam a contemplar não apenas o planejamento e a oferta, mas também currículo, práticas pedagógicas, avaliação, formação docente, cultura escolar e processos de socialização.

Essa ampliação dialoga diretamente com a trajetória institucional da Fundaj descrita nos textos históricos analisados, que indicam o fortalecimento interno de núcleos dedicados à educação e às políticas sociais, bem como uma maior autonomia relativa da pesquisa em relação aos grandes programas federais centralizados (BURITY *et al*, 2014). A educação deixa de aparecer apenas como variável dependente do desenvolvimento econômico ou da modernização regional e passa a ser tratada como campo específico de produção de conhecimento, com metodologias próprias e objetos delimitados.

Nesse período, a produção educacional da Fundaj revela uma dupla orientação, de um lado, permanecem pesquisas claramente vinculadas ao uso educativo institucional e à educação aplicada, especialmente aquelas voltadas à avaliação de programas governamentais, políticas sociais e grandes empreendimentos. Estudos sobre nutrição e saúde, reassentamentos populacionais, impactos socioeconômicos de barragens e políticas de desenvolvimento

regional mantêm a tradição da pesquisa aplicada, agora sob a forma de avaliações de políticas públicas, mais do que de diagnósticos estruturais iniciais (CAVALCANTI *et al.*, 1980; ARAÚJO; AMORIM, 1988; LINS, 1988). Nesses casos, a educação aparece articulada à formação técnica, à capacitação institucional e à mediação entre Estado e populações afetadas, configurando usos educativos explícitos e documentados.

De outro lado, cresce de forma significativa a produção acadêmica em educação sem evidência direta de uso educativo institucional, especialmente em estudos voltados à educação infantil, à pré-escola, à educação rural, à sexualidade, à memória escolar e às práticas pedagógicas. Trabalhos sobre currículo, metodologias de ensino, educação pré-escolar, inclusão, rendimento escolar e educação sexual passam a ocupar lugar central na produção da década, indicando uma mudança de escala analítica: do macrodiagnóstico estrutural para a observação de processos educativos concretos, localizados e cotidianos (PERES, 1981; COSTA, 1983; VAINSENCER, 1985; CAVALCANTI, 1987).

Essa inflexão analítica e temática é empiricamente corroborada pelo conjunto de produtos mapeados para a década. No campo da educação formal e da reflexão pedagógica, destacam-se estudos como *Perfil sócio-cultural e classificação no vestibular: Norte, Nordeste, Brasil – 1977–1978* (VASCONCELOS, 1980), que analisa desigualdades de acesso ao ensino superior, e *O currículo na pré-escola* (PERES, 1981), voltado à sistematização conceitual e metodológica do planejamento curricular na educação infantil. A ampliação dos objetos educacionais também se expressa em pesquisas sobre inclusão e educação especial, como *O pré-escolar deficiente físico* (COSTA, 1983), e em investigações sobre práticas pedagógicas e processos de aprendizagem na pré-escola, a exemplo de *Pesquisas na área de educação pré-escolar e seu processo* (PERES *et al.*, 1983) e *Avaliação de uma experiência de educação pré-escolar em Apipucos* (LIMA, 1984).

Simultaneamente, a permanência da vocação aplicada da instituição pode ser observada em estudos de avaliação de políticas públicas e programas governamentais, como a *Avaliação socioeconômica do PINS e do PNS em Pernambuco* (CAVALCANTI *et al.*, 1980), os relatórios do programa EDURURAL, a exemplo de *Observação sócio-educacional do aluno da zona rural de Alagoas* (CAVALCANTI, 1985), e as avaliações de reassentamento associadas a grandes empreendimentos, como *Avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica* (ARAÚJO; AMORIM, 1988). Esses trabalhos evidenciam a coexistência,

característica da década, entre a consolidação de um campo educacional mais autonomizado e a continuidade da pesquisa aplicada orientada à intervenção estatal.

Essa inflexão é coerente com o movimento institucional mais amplo identificado nos documentos históricos da Fundaj, que apontam, nos anos 1980, uma maior abertura ao debate teórico, à pluralidade metodológica e à circulação acadêmica do conhecimento (BURITY *et al.*, 2014).. A criação e consolidação de periódicos institucionais, como os *Cadernos de Estudos Sociais* (1985), reforça esse deslocamento, funcionando como espaço de socialização de pesquisas que nem sempre têm aplicação imediata, mas contribuem para a consolidação de agendas analíticas e campos de debate.

No campo educacional, a década de 1980 também se distingue pelo alargamento dos sujeitos e contextos analisados. A produção passa a contemplar de forma mais sistemática crianças pequenas, populações rurais, professores da rede pública, estudantes do ensino médio, trabalhadores urbanos informais e comunidades reassentadas. Esse movimento indica uma aproximação maior entre pesquisa educacional, desigualdades sociais e processos de exclusão, deslocando o foco do planejamento abstrato para as experiências sociais concretas da educação (VASCONCELOS, 1980; CAVALCANTI, 1985; PESSOA, 1987).

Do ponto de vista do alcance geográfico, mantém-se a forte concentração no Nordeste, mas com maior incidência de estudos localizados, municípios, bairros, regiões específicas, o que reforça o caráter empírico e situado da produção. Ao mesmo tempo, algumas pesquisas assumem escopo nacional, especialmente aquelas voltadas à análise das desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro, articulando economia, educação e planejamento (NETO; GALINDO, 1989).

Assim, a década de 1980 pode ser descrita, do ponto de vista institucional e produtivo, como um período de complexificação da relação entre pesquisa, educação e política pública na Fundação Joaquim Nabuco. Sem abandonar sua vocação aplicada e seu vínculo histórico com o Estado, a instituição amplia suas agendas, diversifica seus objetos e passa a produzir, de modo mais consistente, conhecimento educacional que opera tanto como subsídio técnico quanto como reflexão acadêmica autônoma. Essa inflexão prepara o terreno para as transformações mais profundas que se consolidariam nas décadas seguintes, já sob novas configurações institucionais e políticas.

2.4: Década de 1990: consolidação da pesquisa aplicada, pluralização temática e fortalecimento da interface com a sociedade civil

Na década de 1990, a produção acadêmica da fundaj revela um processo de consolidação institucional marcado pela ampliação da pesquisa aplicada, pela diversificação temática e pelo aprofundamento da articulação entre conhecimento científico, políticas públicas e sociedade civil. Diferentemente das décadas anteriores, nas quais a educação aparecia ora como instrumento de modernização (anos 1960), ora como eixo de planejamento e avaliação estatal (anos 1970), e posteriormente como campo autônomo de investigação (anos 1980), os anos 1990 se caracterizam por uma integração mais complexa entre educação, cidadania, direitos sociais e participação social, em consonância com o contexto de redemocratização e de redefinição do papel do Estado no Brasil.

Os documentos institucionais analisados anteriormente indicam que, nesse período, a Fundaj passa a operar de forma mais explícita como instituição mediadora entre Estado, sociedade civil organizada e organismos internacionais, sem abandonar sua tradição de produção de diagnósticos técnicos (BURITY *et al*, 2014). Essa inflexão institucional se reflete diretamente na natureza dos produtos elaborados ao longo da década, nos quais a educação aparece tanto como política pública formal quanto como prática social, comunitária e não formal.

Essa caracterização da década de 1990 como momento de consolidação da pesquisa aplicada e de pluralização metodológica encontra respaldo direto nos produtos mapeados no âmbito desta pesquisa. A análise dos relatórios, livros e artigos produzidos no período evidencia a predominância de metodologias empíricas — quantitativas, qualitativas ou combinadas — fortemente orientadas à avaliação de políticas, programas e experiências educativas concretas. O relatório *Protestantismo e movimentos populares: os projetos de desenvolvimento comunitário da Visão Mundial na Região Metropolitana do Recife* (BURITY, 1990), por exemplo, baseia-se em investigação de campo e análise institucional para compreender práticas de educação comunitária e formação política no interior de projetos religiosos, articulando observação empírica e interpretação sociológica da ação coletiva. Trata-se de um caso exemplar de pesquisa aplicada voltada à educação não formal, na qual a dimensão pedagógica emerge de práticas sociais situadas.

No campo da educação formal, estudos como *Ciências na escola: monitoria, comunidade e serviços* (LIMA, 1990), *Ciências e matemática nas escolas de 1º e 2º graus em Pernambuco*

(1992) e os sucessivos relatórios sobre formação docente em Pernambuco (LIMA; ODISIO NETO, 1996; LIMA, 1997) evidenciam a centralidade de diagnósticos empíricos baseados em levantamento de dados escolares, análise de currículos, condições de ensino e perfis docentes. Esses trabalhos mobilizam procedimentos quantitativos e descritivos, frequentemente combinados com análise qualitativa de práticas pedagógicas, reafirmando a atuação da Fundaj como produtora de subsídios técnicos para o aprimoramento das redes públicas de ensino.

A mesma orientação metodológica se observa nas pesquisas voltadas à alfabetização, como *O significado do ato de alfabetizar: representações sociais de professores alfabetizadores* (GOMES, 1994), que recorre explicitamente a entrevistas e análise das representações docentes para compreender sentidos atribuídos ao processo de alfabetização. Esse tipo de abordagem qualitativa indica uma inflexão importante na década, na qual os sujeitos da prática educativa passam a ocupar lugar central na análise, sem que isso implique abandono da vocação aplicada da pesquisa.

No campo das políticas públicas sociais, a predominância de metodologias avaliativas e diagnósticas aparece de forma ainda mais nítida. Relatórios como *Restaurantes populares do Recife* (ARAÚJO; MEDEIROS; CALDAS NETO, 1991), *Estimativa da mortalidade infantil no estado de Pernambuco* (TEIXEIRA; ANTUNES, 1995) e os diversos relatórios de acompanhamento do reassentamento de Itaparica (ARAÚJO; AMORIM, 1995; 1996; 1997) baseiam-se em amostragens, questionários estruturados, levantamentos de campo sistemáticos e monitoramento longitudinal. Nesses casos, a metodologia está explicitamente subordinada à finalidade de assessoria técnica, negociação institucional e formulação de políticas públicas, configurando exemplos robustos de uso educativo institucional do conhecimento produzido.

As agendas emergentes da década, como educação sexual, direitos humanos e educação ambiental, também se apoiam majoritariamente em metodologias empíricas. Os estudos de Semira Adler Vainsencher (1992; 1994) sobre sexualidade juvenil combinam levantamento de percepções, análise de valores e discussão normativa sobre políticas educacionais, enquanto o *Estudo da viabilidade de um programa de educação ambiental* (KATER, 1994) articula diagnóstico institucional, análise de necessidades e proposição de modelos de intervenção pedagógica. Em ambos os casos, a pesquisa opera como instrumento de mediação entre produção de conhecimento, formulação de políticas e debate público.

Em conjunto, os produtos mapeados da década de 1990 corroboram a análise segundo a qual a pesquisa educacional desenvolvida pela Fundaj nesse período se caracteriza pela hegemonia de metodologias empíricas e avaliativas, pela combinação flexível de técnicas quantitativas e qualitativas e pela forte orientação à aplicação institucional do conhecimento. Longe de configurar um campo metodologicamente homogêneo, trata-se de uma produção plural, porém atravessada por um mesmo regime de cientificidade: a centralidade do diagnóstico social, da avaliação de políticas e da intervenção qualificada no espaço público.

2.4 Anos 2000: expansão temática, institucionalização da pesquisa aplicada e intensificação das interfaces entre educação, políticas públicas e cidadania

Na década de 1990, a produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco revela um processo de consolidação institucional marcado pela ampliação da pesquisa aplicada, pela diversificação temática e pelo aprofundamento da articulação entre conhecimento científico, políticas públicas e sociedade civil. Diferentemente das décadas anteriores, nas quais a educação aparecia ora como instrumento de modernização (anos 1960), ora como eixo de planejamento e avaliação estatal (anos 1970), e posteriormente como campo autônomo de investigação (anos 1980), os anos 1990 caracterizam-se por uma integração mais complexa entre educação, cidadania, direitos sociais e participação social, em consonância com o contexto de redemocratização e de redefinição do papel do Estado no Brasil.

Os documentos institucionais analisados anteriormente indicam que, nesse período, a Fundaj passa a operar de forma mais explícita como instituição mediadora entre Estado, sociedade civil organizada e organismos nacionais e internacionais, sem abandonar sua tradição de produção de diagnósticos técnicos. Essa inflexão institucional se reflete diretamente na natureza dos produtos elaborados ao longo da década, nos quais a educação aparece tanto como política pública formal quanto como prática social, comunitária e não formal, frequentemente articulada a agendas mais amplas de desenvolvimento, direitos e cidadania.

Uma das marcas centrais da produção dos anos 1990 é o alargamento do escopo da educação para além da escola, incorporando experiências de formação cidadã, educação comunitária, educação popular e processos pedagógicos vinculados a movimentos sociais, organizações não governamentais e projetos territoriais. Essa inflexão é claramente evidenciada em estudos como *Protestantismo e movimentos populares: os projetos de desenvolvimento comunitário da Visão Mundial na Região Metropolitana do Recife* (BURITY, 1990), que analisa a

dimensão pedagógica presente em ações religiosas de inspiração protestante voltadas à capacitação de lideranças, à organização popular e à formação política de grupos urbanos de baixa renda. Nesses trabalhos, a educação é concebida como prática social intencional, articulando fé, cidadania e participação, o que reforça a leitura da Fundaj como instituição sensível às dinâmicas da sociedade civil no período pós-ditadura.

Ao mesmo tempo, a educação formal permanece como eixo estruturante de parte significativa da produção, especialmente nos estudos voltados ao ensino de ciências, matemática, alfabetização e formação docente. Obras como *Ciências na escola: monitoria, comunidade e serviços* (LIMA, 1990), os relatórios sobre *Ciências e matemática nas escolas de 1º e 2º graus em Pernambuco* (1992), *O significado do ato de alfabetizar* (GOMES, 1994) e *Diagnóstico da formação docente em Pernambuco* (LIMA; ODISIO NETO, 1996) evidenciam a atuação da Fundaj como produtora de diagnósticos educacionais voltados ao aprimoramento das redes públicas de ensino. Nesses estudos, observa-se uma preocupação crescente com a qualidade do ensino, a valorização do magistério, a formação docente e a articulação entre práticas pedagógicas e condições institucionais de trabalho, temas centrais no debate educacional brasileiro dos anos 1990.

Outro eixo relevante da produção da década diz respeito às políticas públicas sociais, em especial aquelas relacionadas à segurança alimentar, saúde, reassentamentos populacionais e desenvolvimento rural, nas quais a dimensão educativa aparece integrada a estratégias mais amplas de intervenção estatal. O relatório *Restaurantes populares do Recife* (ARAÚJO; MEDEIROS; CALDAS NETO, 1991) constitui exemplo emblemático da consolidação da pesquisa aplicada com uso educativo institucional explícito, ao subsidiar diretamente a formulação e a avaliação de políticas municipais de combate à pobreza e promoção da segurança alimentar. De modo semelhante, os sucessivos relatórios de acompanhamento do reassentamento de Itaparica (ARAÚJO; AMORIM, 1995; 1996; 1997) reafirmam o papel da Fundaj como referência técnica na avaliação de grandes projetos públicos, articulando diagnóstico socioeconômico, produção de dados empíricos e mediação institucional entre Estado e populações afetadas.

Paralelamente, a década de 1990 testemunha o fortalecimento de agendas temáticas emergentes no campo educacional, como educação sexual, direitos humanos, educação ambiental e juventude. As pesquisas de Semira Adler Vainsencher sobre sexualidade juvenil e educação sexual em Pernambuco (1992; 1994) evidenciam como a escola se torna espaço

privilegiado de disputa simbólica entre ciência, moralidade e práticas pedagógicas no contexto democrático recente. Esses estudos dialogam com investigações mais amplas sobre direitos humanos e sociedade civil (OLIVEIRA, 1993), bem como com pesquisas pioneiras em educação ambiental, como *Estudo da viabilidade de um programa de educação ambiental* (KATER, 1994) e *Projeto Rede: ciências, matemática e educação ambiental em Pernambuco* (LIMA, 1995), antecipando debates que se consolidariam institucionalmente apenas no final da década.

Do ponto de vista metodológico, a leitura sistemática dos produtos mapeados indica que a pesquisa em educação na Fundaj, nos anos 1990, organiza-se predominantemente a partir de estratégias empíricas, com forte ancoragem em dados produzidos no campo social e em bases institucionais. Observa-se a recorrência de levantamentos diagnósticos, pesquisas avaliativas, estudos de acompanhamento e análises aplicadas, frequentemente combinando métodos quantitativos e qualitativos. Essa orientação metodológica reforça a vocação da instituição para a produção de conhecimento diretamente mobilizável por gestores públicos, movimentos sociais e organismos parceiros, sem que isso implique abandono da reflexão crítica ou da investigação acadêmica.

No plano territorial, a produção da década mantém forte ancoragem no Nordeste, especialmente em Pernambuco, mas apresenta crescente circulação nacional e articulação com agendas internacionais, como evidenciado pela participação da Fundaj em iniciativas como o *Projeto Nordeste* (1997), desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, o BID e a UNESCO. Essa inserção reforça o papel da Fundação como instituição estratégica na mediação entre conhecimento científico regionalizado e políticas educacionais em escala nacional.

Em síntese, a década de 1990 pode ser compreendida como um período de maturidade institucional da Fundação Joaquim Nabuco, no qual se consolidam linhas de pesquisa aplicada, se ampliam as formas de compreender e praticar a educação e se fortalece a interface entre produção acadêmica, políticas públicas e sociedade civil. A educação deixa de ser apenas objeto de diagnóstico ou de intervenção estatal direta e passa a ser concebida como campo plural de práticas, saberes e disputas, antecipando debates que se intensificariam nas décadas seguintes, especialmente em torno da participação social, dos direitos e da democratização do conhecimento.

2.5 A década de 2010: expansão da pesquisa educacional aplicada, fortalecimento da gestão pública e diversificação das formas de uso educativo

A produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco ao longo da década de 2010 evidencia um salto quantitativo e qualitativo em relação aos períodos anteriores, consolidando a instituição como um dos principais polos de produção de conhecimento aplicado sobre educação, políticas públicas e desigualdades regionais no Nordeste e no Brasil. Diferentemente das décadas iniciais, marcadas por diagnósticos estruturais de base socioeconômica, e das décadas intermediárias, caracterizadas pela consolidação da pesquisa social aplicada, os anos 2010 apresentam um perfil de produção fortemente articulado à avaliação de políticas públicas educacionais, à gestão democrática, à formação docente e à circulação institucional do conhecimento.

Um dos eixos centrais dessa produção é a análise da governança educacional e dos mecanismos de participação e controle social, com destaque para os estudos sobre o Fundeb e seus conselhos gestores. A pesquisa *Avaliação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACs) do Fundeb no Nordeste* (ABRANCHES, 2015) constitui um marco nesse campo, ao combinar metodologias qualitativas e quantitativas em larga escala, abrangendo 404 municípios dos nove estados nordestinos. Os resultados evidenciam limites persistentes na participação efetiva da sociedade civil, fragilidades na autonomia dos conselhos e interferências do poder local, ao mesmo tempo em que reforçam o papel estratégico dessas instâncias para a democratização da política educacional. Essa agenda é aprofundada em trabalhos posteriores sobre financiamento da educação e descentralização federativa (COUTINHO; ABRANCHES, 2017), bem como em ações de formação de conselheiros promovidas pela própria Fundaj, caracterizando uso educativo institucional direto.

Outro eixo estruturante da década refere-se à avaliação e análise das políticas de ampliação da jornada escolar e da educação integral, sobretudo por meio do Programa Mais Educação. Diversos estudos analisam o programa a partir de diferentes perspectivas: gestão escolar, práticas pedagógicas, formação docente e percepção dos estudantes (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2016; ALENCAR; OLIVEIRA, 2017; RODRIGUES; VASCONCELOS, 2018). Esses trabalhos, baseados em amostras amplas e metodologias mistas, revelam um padrão recorrente de distanciamento entre a concepção normativa da educação integral e sua materialização nas escolas, frequentemente reduzida à ocupação do contraturno e marcada

por precarização do trabalho docente. Análises discursivas comparativas entre o Programa Mais Educação e o Novo Mais Educação (BARBOSA; RODRIGUES, 2017) reforçam esse diagnóstico ao evidenciar o deslocamento da formação integral para uma lógica de reforço escolar orientada por avaliações padronizadas.

No campo da educação infantil, a década de 2010 consolida uma linha de pesquisa contínua e teoricamente sofisticada, ancorada nos novos estudos sociais da infância. Trabalhos de Simões e colaboradoras analisam desigualdades de acesso e qualidade, financiamento, políticas públicas e concepções de infância, articulando dados estatísticos nacionais a abordagens críticas inspiradas na sociologia da infância e em perspectivas pós-coloniais (SIMÕES; LIMA, 2016; SIMÕES; FIGOLI; FERREIRA, 2016). Essas pesquisas evidenciam avanços normativos importantes, mas também a persistência de assimetrias regionais, urbano-rurais e socioeconômicas, reforçando a centralidade da formação de gestores e professores como condição para a efetivação do direito à educação infantil.

A formação docente aparece como tema transversal em grande parte da produção do período, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio e superior. Estudos diagnósticos sobre o ensino médio no Nordeste (FUSCO *et al.*, 2017) e sobre a profissionalidade docente em Sociologia (ZARIAS; FERREIRA; FUSCO, 2017) evidenciam problemas estruturais recorrentes: incompatibilidade entre formação e componente curricular, precarização dos vínculos de trabalho e dificuldades na consolidação de identidades profissionais. Paralelamente, pesquisas qualitativas exploram o papel da coordenação pedagógica, da formação continuada e das práticas interdisciplinares como estratégias de enfrentamento dessas limitações (SILVA; OLIVEIRA; SIMÕES, 2016; CORREIA; OLIVEIRA, 2017).

A década também se caracteriza pela diversificação dos campos educacionais analisados, incorporando temas como educação ambiental, educação contextualizada no Semiárido, educação em espaços socioeducativos e mediações culturais em museus. Programas como o *Programa de Ações para Educação no Semiárido Brasileiro* (PINTO, 2016) articulam pesquisa, produção de material didático, formação docente e realização de eventos, configurando um conjunto robusto de ações de uso educativo institucional e educação não formal. De modo semelhante, estudos sobre educação ambiental em unidades de conservação (CAVALCANTI; COUTINHO, 2017) e dinâmicas socioecológicas costeiras (QUINAMO *et al.*, 2017) combinam diagnóstico científico e oficinas participativas, ampliando o alcance social da produção acadêmica.

Por fim, observa-se um crescimento expressivo das atividades de circulação e socialização do conhecimento educacional, materializadas na realização de eventos técnico-científicos, colóquios internacionais, *workshops* e ações formativas voltadas a gestores, educadores e conselheiros. Eventos como *Os Conselhos de Educação: Desafios e Perspectivas* (ABRANCHES, 2017) e iniciativas de cooperação técnica com redes como a RESAB evidenciam o papel da Fundaj como instituição mediadora entre pesquisa, políticas públicas e formação, reforçando sua inserção no debate educacional nacional e regional.

Em síntese, a análise descritiva da produção acadêmica da Fundaj na década de 2010 revela um padrão de consolidação institucional da pesquisa educacional aplicada, marcado pela centralidade da gestão pública, pela avaliação de políticas educacionais, pela atenção às desigualdades territoriais e pela ampliação das formas de uso e circulação do conhecimento. Esse panorama constitui a base empírica necessária para, no procedimento analítico subsequente, examinar criticamente as inflexões institucionais, os sentidos atribuídos à educação e os desafios contemporâneos colocados à pesquisa social no campo educacional.

2.6 De 2020 até o presente: fragmentação das políticas educacionais, aprofundamento das desigualdades e reconfiguração da pesquisa aplicada em contexto de crise

A produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco a partir de 2020 desenvolve-se em um contexto histórico excepcional, marcado pela pandemia de Covid-19, pela descontinuidade de políticas educacionais estruturantes, pela intensificação de orientações neoliberais e por um quadro de instabilidade institucional no campo da educação. Em contraste com a década de 2010, caracterizada pela expansão e consolidação de políticas públicas indutivas, o período recente passa a evidenciar um movimento de retração e fragmentação das políticas educacionais, acompanhado por processos de recomposição temática da pesquisa. Essas transformações manifestam-se tanto nos objetos investigados quanto nas formas de produção, circulação e uso do conhecimento produzidas pela instituição.

Nesse cenário, um dos eixos centrais da produção recente concentra-se na análise crítica da descontinuidade das políticas de educação integral e das estratégias federais de indução do tempo ampliado no ensino fundamental. Estudos comparativos sobre o Programa Mais Educação (2007–2015) e o Programa Novo Mais Educação (2016–2018), desenvolvidos por Barbosa e Rodrigues (2020), evidenciam o deslocamento de uma concepção de formação

integral, intercultural e territorializada para uma lógica orientada por resultados em avaliações padronizadas, com foco restrito no reforço de Língua Portuguesa e Matemática. A inexistência, a partir de 2020, de uma política federal estruturada para a educação em tempo integral é interpretada nesses estudos como indicativo de que tais iniciativas operaram predominantemente como políticas de governo, e não como políticas de Estado, revelando limites significativos no processo de institucionalização da educação integral no Brasil contemporâneo.

Paralelamente a esse diagnóstico das políticas educacionais, observa-se uma densificação qualitativa das pesquisas sobre desigualdades educacionais, marcada pela incorporação sistemática de abordagens analíticas que articulam economia da educação, sociologia da educação e avaliação de políticas públicas. Estudos que examinam o impacto do capital cultural familiar sobre o desempenho escolar (CAMPOS et al., 2020), os efeitos de pares e do bullying no rendimento acadêmico (RAPOSO et al., 2020), a influência da infraestrutura escolar nos resultados educacionais (ANDRADE; CAMPOS; COSTA, 2021) e os efeitos de políticas específicas, como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP (NASCIMENTO et al., 2020), não apenas reiteram a persistência das desigualdades educacionais, como também evidenciam seus mecanismos de reprodução em contextos institucionais distintos. Ao deslocar o foco de análises agregadas para investigações que combinam microdados, efeitos contextuais e avaliação de políticas, essa produção amplia o repertório metodológico da pesquisa educacional desenvolvida na Fundaj e reforça seu papel na geração de evidências empíricas robustas para o debate público, ainda que grande parte desses estudos se configure como produção acadêmica sem uso educativo institucional explicitado.

Para além dessa sofisticação metodológica, a produção educacional da Fundaj no período recente evidencia também uma inflexão analítica relevante nos temas e nos recortes empíricos investigados, fortemente associada à ampliação da autoria discente vinculada aos programas de pós-graduação sediados ou articulados à instituição. Nesse conjunto, destacam-se investigações voltadas às juventudes e projetos de vida, às trajetórias escolares no pós-ensino médio, à ética, à corrupção e à socialização política entre estudantes, bem como a práticas educativas em contextos não escolares, à educação patrimonial, à educação ambiental territorializada e a estudos sobre infância, bebês e culturas infantis em creches e espaços públicos.

Esses trabalhos introduzem no campo educacional da Fundaj objetos analíticos até então pouco explorados institucionalmente, como as vivências subjetivas de crianças e jovens, os efeitos simbólicos e relacionais das políticas educacionais, as práticas educativas desenvolvidas em coletivos culturais, museus, territórios tradicionais e unidades de conservação, além dos impactos cotidianos da precarização das políticas públicas sobre professores e estudantes. A centralidade desses temas reflete não apenas uma diversificação empírica, mas uma inovação analítica, na medida em que desloca o foco da política educacional como desenho normativo para sua apropriação social, seus efeitos situados e suas contradições no nível da experiência. Essa reconfiguração temática contribui para compreender por que, no período recente, a produção educacional da Fundaj se apresenta simultaneamente mais fragmentada em seus objetos e mais sofisticada em suas abordagens interpretativas, especialmente no contexto de crise sanitária, institucional e política iniciado em 2020.

Nesse mesmo período, a Educação Infantil mantém-se como um campo de produção contínua e estrategicamente relevante. Pesquisas de avaliação do Proinfância no Nordeste (SIMÕES et al., 2021), análises sobre a identidade das políticas públicas de Educação Infantil (SIMÕES et al., 2021) e estudos de síntese da produção acadêmica nacional (VASCONCELLOS; FERREIRA; SIMÕES, 2020) indicam avanços importantes na ampliação do acesso, mas também limites estruturais relacionados à qualidade, à municipalização e à capacidade técnica dos entes federados. Contribuições teóricas e metodológicas, como os estudos sobre etnografia das infâncias (SIMÕES; BARBOSA; FERREIRA, 2020) e sobre bebês na creche (SIMÕES, 2020), reforçam a centralidade da infância como categoria analítica e política, ampliando o escopo epistemológico da pesquisa educacional desenvolvida no âmbito da instituição.

O impacto da pandemia de Covid-19 constitui um eixo transversal relevante da produção recente. Textos editoriais e dossiês temáticos abordam os efeitos do ensino remoto emergencial, o aprofundamento das desigualdades educacionais, as condições de trabalho docente e as limitações das respostas institucionais adotadas no período (SIMÕES; RODRIGUES; COSTA, 2021). Estudos qualitativos sobre o trabalho docente no ensino superior durante a pandemia (NASCIMENTO *et al.*, 2021) revelam processos de intensificação do trabalho, precarização e reconfiguração das fronteiras entre vida pessoal e

profissional, contribuindo para uma leitura crítica das transformações recentes no campo educacional.

A produção do período também evidencia a diversificação dos campos educativos analisados, com presença significativa de estudos sobre educação ambiental, educação do campo, educação patrimonial, educação socioeducativa e práticas educativas não formais. Experiências que articulam etnoecologia e educação patrimonial (LÉO NETO; TAVARES, 2020), educação contextualizada no Semiárido (BUENO, 2020), educação ambiental em unidades de conservação (FERRAZ; CAVALCANTI, 2020) e práticas educativas em coletivos culturais e artísticos (LIMA, 2021) revelam a permanência de uma agenda voltada à articulação entre educação, território, cultura e sustentabilidade, frequentemente associada a ações de educação não formal e circulação do conhecimento.

Do ponto de vista institucional, destaca-se a formalização e o fortalecimento de Programas Institucionais que articulam pesquisa, formação e difusão científica, como o Programa Educação, Governança e Sustentabilidade (LUBAMBO, 2021), o Programa Valorização Docente na Educação Básica (ANDRADE, 2021) e o Programa Territórios de Educação e Cultura (LUBAMBO, 2021). Essas iniciativas sinalizam um movimento de reorganização estratégica da atuação institucional, em resposta à fragmentação das políticas públicas nacionais, reforçando a educação como dimensão transversal das agendas de pesquisa e intervenção da Fundaj.

Por fim, observa-se uma intensificação das ações de cooperação internacional e circulação do conhecimento, materializadas em acordos com universidades estrangeiras (Vanderbilt University, MIT), projetos de cooperação técnica (Fundaj–Cabo Verde) e cátedras internacionais (Fulbright). Essas iniciativas ampliam o alcance geográfico da produção da Fundaj e reposicionam a instituição no cenário internacional, ao mesmo tempo em que reafirmam seu compromisso com a produção de conhecimento aplicado às políticas públicas educacionais.

Em síntese, o período de 2020 até o presente caracteriza-se por uma produção acadêmica marcada pela instabilidade das políticas educacionais, pela centralidade das desigualdades, pela diversificação dos objetos e metodologias e pela reconfiguração das estratégias institucionais de pesquisa e difusão. Esse panorama descritivo fornece os elementos empíricos necessários para, no próximo procedimento analítico, examinar criticamente os

sentidos atribuídos à educação, os deslocamentos do papel do Estado e as disputas em torno da pesquisa social e educacional no Brasil contemporâneo.

3. Governança institucional, cultura organizacional e condições de produção da pesquisa social na Fundação Joaquim Nabuco

A análise das entrevistas realizadas com pesquisadores e pesquisadoras da Fundação Joaquim Nabuco em 2026 permite qualificar empiricamente as condições institucionais que estruturaram a produção da pesquisa social ao longo da trajetória da instituição. Ao incorporar uma perspectiva organizacional e administrativa, essa análise complementa e enriquece as leituras realizadas no Produto 1, permitindo compreender como arranjos institucionais, formas de governança e condições de trabalho científico incidem diretamente sobre os padrões de produção, circulação e uso da pesquisa. Diferentemente de leituras exclusivamente descritivas ou normativas, os depoimentos revelam regularidades organizacionais que ajudam a explicar padrões já identificados no Produto 1, especialmente no que se refere à fragmentação da produção, à baixa institucionalização de agendas coletivas e à predominância de iniciativas individuais na definição dos rumos da pesquisa.

De forma recorrente, os entrevistados caracterizam a cultura organizacional da Fundaj como fortemente marcada pela autonomia individual dos pesquisadores, combinada à ausência de mecanismos institucionais estáveis de coordenação científica. Essa percepção aparece de modo explícito no depoimento de Patrícia, ao afirmar que *“muitas coisas aqui só existem porque alguém resolveu segurar, insistir, dizer ‘isso precisa existir’, não porque havia um movimento institucional claro”*, acrescentando que *“o futuro da pesquisa em educação na Fundaj vai depender das pessoas que vierem, da capacidade delas de sustentar projetos, de criar redes e de resistir”* (FUNDAJ, 2025). A referência aos “que vierem” não é meramente prospectiva, mas remete diretamente ao contexto recente de esvaziamento do quadro de pesquisadores da instituição, marcado por sucessivas aposentadorias e pela ausência prolongada de concursos públicos, o que reduziu significativamente a capacidade coletiva de produção e renovação da pesquisa.

Nesse contexto, a recorrente dependência de iniciativas individuais não deve ser interpretada apenas como traço cultural ou déficit organizacional, mas como um princípio estruturante do regime de produção científica da instituição. Quando a continuidade da pesquisa está ancorada predominantemente em trajetórias pessoais, e não em mecanismos institucionais de

sucessão, coordenação e acumulação, o efeito não se restringe à instabilidade das agendas, mas incide diretamente sobre o horizonte temporal da pesquisa. Projetos tendem a se organizar em ciclos fortemente vinculados à permanência de determinados atores, o que dificulta a consolidação de programas institucionais de longo prazo, a acumulação sistemática de conhecimento e a transformação recorrente dos resultados em usos educativos ou institucionais documentados.

Estudos sobre a organização da ciência indicam que, em contextos nos quais a renovação dos quadros é incerta e os mecanismos de coordenação institucional são frágeis, a produção científica tende a se estruturar menos como programas cumulativos e mais como conjuntos descontínuos de iniciativas, ainda que concentradas em determinados eixos temáticos (WHITLEY, 2000; MUSSELIN, 2007). Esse padrão contribui para compreender por que, conforme evidenciado no Produto 1, a pesquisa educacional da Fundaj apresenta forte densidade analítica em áreas específicas, como educação básica, políticas educacionais, gestão pública, desigualdades regionais e infância, mas encontra limites na sustentação institucional continuada dessas agendas e na conversão sistemática de seus resultados em usos educativos ou políticas públicas formalmente documentadas.

Essa lógica organizacional encontra correspondência direta nos dados sistematizados no Produto 1, que evidenciam a existência de eixos temáticos recorrentes na pesquisa educacional da Fundaj, ao mesmo tempo em que revelam a baixa institucionalização de linhas de pesquisa duradouras e cumulativas. Ainda que determinados temas se mantenham ao longo do tempo, como educação básica, políticas educacionais, gestão pública, desigualdades regionais e infância, a produção se estrutura majoritariamente por meio de projetos e iniciativas isoladas, fortemente dependentes de trajetórias individuais e com limitada articulação programática entre si.

A predominância, ao longo das décadas, de produtos classificados como “produção acadêmica em educação sem uso educativo identificado” e como “circulação e socialização do conhecimento educacional” deve ser compreendida, nesse sentido, menos como resultado de opções epistemológicas deliberadas e mais como expressão das condições institucionais de produção, coordenação e apropriação da pesquisa. Esses dados indicam que, mesmo em áreas temáticas consolidadas, a conversão sistemática dos resultados da pesquisa em usos educativos documentados ou em desdobramentos institucionais contínuos permaneceu

limitada, reforçando a centralidade de um regime de produção científica baseado na autonomia individual e na fragmentação organizacional.

Os depoimentos também permitem historicizar essa configuração ao associá-la às condições de financiamento da instituição. Carlos Sant'Anna, descreve de forma detalhada os períodos de escassez orçamentária, especialmente nos anos 1990, quando “*o orçamento da Fundaj era insuficiente para sustentar pesquisas de maior fôlego*” e a instituição atravessou um prolongado “*tempo das vacas magras*” (FUNDAJ, 2025). Segundo o entrevistado, nesse período, a pesquisa dependia de financiamentos externos pontuais, oriundos de empresas estatais ou privadas, como Petrobras e CHESF, o que condicionava fortemente os temas, os formatos e a escala das investigações desenvolvidas.

Essa dependência estrutural do financiamento externo ajuda a explicar a concentração, identificada no Produto 1, de pesquisas de grande porte em determinados períodos históricos, seguidas por longos intervalos de retração e descontinuidade. Do ponto de vista analítico, trata-se de um caso típico de heteronomia científica, em que a capacidade de formulação autônoma da instituição é limitada pelas exigências dos financiadores e pelas demandas externas (MERTON, 1973; WHITLEY, 2000).

A consolidação progressiva do financiamento próprio da Fundaj é apontada, nas entrevistas, como um marco decisivo na reorganização das condições de produção da pesquisa social. Sant'Anna identifica o período pós-2003 como um momento de inflexão, quando “*os recursos para pesquisa começaram a reaparecer de forma mais consistente*” (FUNDAJ, 2026), permitindo o desenvolvimento de investigações com maior continuidade. Essa mudança é corroborada pelos dados do Produto 1, que indicam aumento da diversidade de tipologias de produtos, maior presença de pesquisas aplicadas e crescimento de iniciativas com articulação entre pesquisa, políticas públicas e, em menor medida, processos formativos.

No entanto, os entrevistados são unânimes em afirmar que a ampliação do financiamento próprio não foi suficiente para alterar de forma estrutural a lógica individualizada da produção científica. Sant'Anna (FUNDAJ, 2026) relata que, mesmo em contextos de maior disponibilidade de recursos, “*não houve nenhum tipo de supervisão, acompanhamento ou orientação*”, prevalecendo uma concepção de autonomia entendida como ausência de mediação institucional. Essa forma de autonomia “*sem diálogo, sem acompanhamento*

formativo” aparece, nas entrevistas, como um fator de fragilização da pesquisa, sobretudo para pesquisadores em início ou meio de carreira.

Essa leitura dialoga diretamente com os padrões identificados no Produto 1, nos quais a ausência de mecanismos institucionais de sistematização e acompanhamento ajuda a explicar a dificuldade de converter resultados de pesquisa em usos educativos institucionais documentados ou em aplicações diretas em políticas públicas. A recorrência de produtos com impacto potencial, mas sem evidência de uso, aparece, assim, menos como falha individual e mais como expressão de limites organizacionais.

Outro eixo recorrente nos depoimentos diz respeito à relação da Fundaj com o Ministério da Educação. Maurício Antunes Tavares (FUNDAJ, 2026) observa que, desde sua entrada na instituição, *“a pesquisa já não era mais a área central da Fundação”* e que a relação com o MEC *“não foi muito bem trabalhada ou compreendida”*. Segundo o entrevistado, há uma expectativa recorrente, por parte do Ministério, de que a Fundaj *“entregue mais”*, em moldes semelhantes aos do INEP, o que tensiona o lugar da pesquisa qualitativa e de longo prazo produzida pela instituição.

Essa ambiguidade institucional ajuda a compreender por que, conforme evidenciado no Produto 1, uma parcela significativa da produção da Fundaj circula no campo educacional sem se converter em instrumentos diretos de gestão ou formulação de políticas públicas. A literatura sobre governança do conhecimento no Estado brasileiro aponta que instituições com perfil híbrido, como a Fundaj, tendem a enfrentar dificuldades de reconhecimento quando seus modos de produção não se alinham plenamente às lógicas gerencialistas e avaliativas dominantes (SOUZA, 2006; LOTTA, 2019).

Por fim, os depoimentos convergem ao apontar a fragilidade das políticas institucionais de circulação e difusão do conhecimento. A ausência de uma estratégia integrada de comunicação científica contribui para que a produção da Fundaj circule de forma fragmentada, fenômeno que se reflete diretamente na elevada incidência, identificada no Produto 1, de produtos classificados como *“circulação e socialização do conhecimento educacional”*, sem desdobramentos formativos ou institucionais documentados. Esse diagnóstico dialoga com a literatura sobre ciência pública e difusão do conhecimento, que enfatiza a centralidade das políticas institucionais de comunicação para a legitimação social da pesquisa (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

Em síntese, a triangulação entre entrevistas (2025; 2026) e os dados sistematizados no Produto 1 evidencia que a trajetória da pesquisa social na Fundação Joaquim Nabuco foi profundamente condicionada por sua governança institucional, por uma cultura organizacional baseada na autonomia individual e por transformações relevantes nas condições de financiamento e inserção estatal. A consolidação do financiamento próprio ampliou as possibilidades de institucionalização da pesquisa, mas não eliminou desafios estruturais relacionados à coordenação interna, à definição de prioridades estratégicas e à conversão sistemática da produção científica em usos educativos e institucionais documentados.

4. Considerações finais e questões prospectivas: desafios para a pesquisa educacional na Fundaj e no mundo contemporâneo

A leitura histórico-institucional desenvolvida ao longo deste relatório permite afirmar que a produção acadêmica da Fundação Joaquim Nabuco construiu, ao longo de mais de sete décadas, um legado robusto no campo da pesquisa social, marcado por múltiplas configurações de produção do conhecimento. Em diferentes momentos históricos, esse legado se expressou por meio de diagnósticos, avaliações e estudos orientados à mediação entre conhecimento científico, Estado e políticas públicas educacionais, ao mesmo tempo em que abrigou investigações acadêmicas de caráter analítico e reflexivo, nem sempre vinculadas a usos institucionais imediatos. A sistematização desse percurso torna visíveis não apenas contribuições substantivas para a compreensão das desigualdades educacionais e das políticas públicas, mas também lacunas, silêncios analíticos e desafios emergentes que se colocam tanto para o futuro da pesquisa educacional na Fundaj quanto para o campo educacional em escala mais ampla.

Um primeiro conjunto de questões refere-se aos temas e problemas pouco explorados ou ainda incipientemente tratados no *corpus* analisado. Embora a produção mapeada revele forte densidade empírica em áreas como educação básica, políticas educacionais, gestão pública, desigualdades regionais e infância, aparecem de forma menos sistemática investigações sobre educação superior, pós-graduação, internacionalização do ensino, educação digital, ciência aberta e os impactos das novas tecnologias sobre os processos de ensino, aprendizagem e produção do conhecimento. Esses temas tendem a ganhar centralidade crescente no debate educacional contemporâneo, especialmente diante da expansão do ensino remoto, da

plataformização da educação e da intensificação das desigualdades de acesso a tecnologias e infraestruturas digitais.

Associada a essa lacuna temática, emerge a necessidade de aprofundar análises sobre os atravessamentos políticos e institucionais que moldam a pesquisa educacional em uma fundação pública vinculada ao Estado. Como evidenciado nas entrevistas, a Fundaj opera em um espaço institucional singular, no qual cargos de gestão ocupados por indicação política coexistem com uma carreira técnica relativamente protegida. Essa configuração cria condições específicas para a produção do conhecimento, mas também impõe limites, tensões e disputas em torno de agendas de pesquisa, prioridades institucionais e usos públicos do conhecimento produzido. A relação entre autonomia científica, governança institucional e conjunturas políticas aparece como um tema estratégico ainda pouco explorado de forma sistemática, mas fundamental para compreender o lugar da Fundaj no ecossistema das políticas educacionais brasileiras.

Outro eixo prospectivo relevante diz respeito às formas de difusão, circulação e preservação do conhecimento produzido. A análise do *corpus* e os depoimentos dos pesquisadores indicam que, apesar da diversidade de produtos e formatos, a Fundaj ainda enfrenta desafios significativos na organização de políticas integradas de acervo, memória institucional e comunicação científica. A coexistência entre acervos documentais tradicionais, produções digitais dispersas e iniciativas recentes de difusão aponta para a necessidade de pensar o acervo não apenas como repositório passivo, mas como espaço ativo de produção de sentido, formação e mediação do conhecimento. Nesse contexto, ganham especial relevância as experiências emergentes associadas aos acervos vivos, à extensão acadêmica e às práticas formativas vinculadas ao mestrado profissional, que tensionam as fronteiras entre pesquisa, ensino e difusão e colocam novos desafios metodológicos e institucionais.

No plano mais amplo, impõe-se ainda a reflexão sobre os impactos das tecnologias digitais e da inteligência artificial na pesquisa educacional. O surgimento e a rápida disseminação de ferramentas baseadas em inteligência artificial generativa, como sistemas de apoio à escrita, análise de dados e organização de informação, reconfiguram profundamente os modos de produzir, sistematizar e interpretar conhecimento. Essas transformações colocam questões éticas, epistemológicas e metodológicas centrais: como assegurar rigor analítico e autoria intelectual em contextos de mediação tecnológica intensiva? De que modo essas ferramentas podem ampliar, ou aprofundar, desigualdades no acesso à pesquisa e à produção científica? E

qual deve ser o papel de instituições públicas de pesquisa, como a Fundaj, na formulação de protocolos críticos, usos responsáveis e reflexões qualificadas sobre essas tecnologias no campo educacional?

Por fim, a análise prospectiva aponta para a necessidade de repensar o papel da pesquisa educacional em um contexto global marcado por crises múltiplas, sociais, ambientais, políticas e informacionais. A fragmentação das políticas públicas, o enfraquecimento de projetos educacionais de longo prazo e a crescente disputa simbólica em torno do conhecimento científico recolocam a educação como campo estratégico de disputa democrática. Nesse cenário, a trajetória da Fundaj, marcada pela articulação entre diagnóstico social, compromisso público e rigor empírico, oferece não apenas um legado a ser preservado, mas também um repertório crítico para enfrentar desafios futuros.

Assim, mais do que encerrar uma análise retrospectiva, este Produto 2 propõe abrir um conjunto de questões estratégicas para o futuro da pesquisa educacional na Fundação Joaquim Nabuco. Questões que dizem respeito às lacunas temáticas, às condições políticas de produção do conhecimento, às formas de difusão e preservação da memória científica e às transformações tecnológicas em curso. Enfrentá-las de forma sistemática será decisivo para que a Fundaj continue a desempenhar um papel relevante na produção de conhecimento socialmente situado, criticamente orientado e publicamente comprometido com a construção de uma educação mais justa, democrática e socialmente referenciada.

Referências Bibliográficas

BURITY, Joanildo Albuquerque *et al.* A experiência da Fundaj na articulação entre pesquisa e ensino para a melhoria da gestão pública. Brasília: Rede Nacional de Escolas de Governo, 2014. *Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Escolas de Governo.*

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. *Agir em um mundo incerto: ensaio sobre democracia técnica.* Tradução de Marlyse Meyer. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FERNANDES, Verônica. 15 anos do EPEPE: Pernambuco e suas pesquisas educacionais. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 38, n. 1, 2023.

LIMA, Janirza (Jana) Cavalcante da Rocha. Traçando o mapa, armando o diálogo: a produção do conhecimento do Departamento de Educação da Fundação Joaquim Nabuco (1980–1995). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. (Trabalhos para Discussão, n. 201).

MERTON, Robert K. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations.* Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MUSSELIN, Christine. *The market for academics.* London: Routledge, 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. *Quatro décadas de trabalho científico: a contribuição do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco para o desenvolvimento da pesquisa social*. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 6, n. 1, p. 39–65, jan./jun. 1990. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1072>.

WHITLEY, Richard. *The intellectual and social organization of the sciences*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.